

## Uma proposta para discussão

Consideramos que a primeira tarefa do movimento, sobre a base de um balanço dos acontecimentos até aqui, é reorientar de maneira concreta os objetivos do movimento. Reorientar aqui não quer dizer, obviamente, rejeitar a orientação vittoriosa seguida até aqui, mas justamente adaptá-la às condições criadas por esta vitória.

1) Em primeiro lugar é necessário deixar claro que o decreto declaratório nº 1, publicado por Serra na tentativa de apaziguar os ânimos não é minimamente satisfatório. Os reitores rapidamente o aceitaram pois antes mesmo dele já havia cedido para o governador e aceito os decretos que retiraram claramente a pouca autonomia que restava das universidades paulistas. O decreto declaratório reafirma os decretos anteriores e diz que alguns dos decretos (não todos) não se aplicam às universidades. No entanto, ainda se mantêm, por exemplo, a Secretaria de Ensino Superior. Os juristas por sua vez, não estão todos de acordo com o valor de lei do decreto, uma vez que o decreto declaratório é interpretativo, função essa que não cabe ao Executivo. Os decretos por sua vez não se aplicam apenas às universidades e a sua manutenção e não revogação indicam que o governo pretende sim fazer uso dele, inclusive para as universidades. Isso porque os decretos fazem parte de um plano para fazer com que a população pague pelo colapso financeiro do estado de São Paulo, motivo pelo qual está sendo seguido em outros estados, em situação igual ou pior que a de São Paulo. Essa é a típica política dos governos burgueses que retiram da população para financiar o rombo feito pelos governos burgueses e os banqueiros. É preciso continuar reivindicando, portanto, a total revogação dos decretos. É importante assinalar que, através da imprensa e de uma campanha discreta, a burguesia, setores dos professores e dos estudantes querem passar de contrabando a ideia falsa de que o decreto de Serra seria uma vitória que justificaria o fim do movimento. É preciso esclarecer através de um amplo debate que esta é uma tentativa de enganar e desarmar o movimento.

2) O movimento estabeleceu uma ampla pauta que corresponde aos interesses da maioria dos estudantes da USP. Esta pauta não apenas não foi atendida como nem sequer foi formalmente respondida pela reitoria. Suelly Villela. Neste sentido, coloca-se agora, como **tarefa central**, exigir, através de uma ampla campanha, que a reitoria **negocie verdadeiramente a pauta de reivindicação dos estudantes, que conta com 18 pontos**. A reitoria vem se recusando sistematicamente a negociar qual-

quer coisa com os estudantes, numa posição intransigente, onde exige a desocupação e se recusa a oferecer qualquer contraproposta real. O fato em si já é absurdo, ainda mais quando pensamos que a maioria das reivindicações tratam de moradia, auxílio estudantil, professores e outras indispensáveis ao funcionamento normal da universidade, como por exemplo a de re-forma do prédio da FELCH, que em março foi atingido pelas chuvas impedindo que as aulas transcorressem normalmente.

3) Em terceiro lugar devemos discutir qual é a perspectiva geral que o movimento abriu, ou seja, além das reivindicações imediatas, qual é o objetivo mais geral que o movimento coloca de maneira objetiva para todos os estudantes e toda a comunidade universitária. Esta discussão é importante porque dá uma dimensão consciente ao movimento e esclarecer quais são as questões estratégicas que estão em jogo, garantindo e consolidando desta forma a continuidade do movimento. Neste sentido, propomos abrir um amplo debate sobre a **questão do poder na universidade**. Aqui entra a reivindicação de **estatuinte democrática**. Devemos rejeitar por completo a comissão de estatuinte que existe atualmente, eleita pelo Conselho Universitário e composta por seis docentes, um representante discente e nenhum funcionário, uma monstruosidade antidemocrática que pretende enfiar goela abaixo de toda a comunidade universitária a decisão da reitoria e de meia dúzia de professores graduados. Através dessa comissão não será nunca possível modificar a relação de poder dentro da universidade, mas apenas perpetuar e aprofundar a atual estrutura, onde os professores tem controle completo da universidade em todas as áreas, excluindo os estudantes e funcionários, que são maioria da comunidade universitária de suas decisões. A profundidade do movimento de ocupação já colocou objetivamente este problema, como o demonstram várias declarações de professores publicadas na própria imprensa burguesa.

Para ampliar esse debate e fortalecer o movimento de ocupação, é necessário uma ampla discussão e uma campanha de agitação para mobilizar a opinião dos estudantes em torno destas três questões, tanto dentro da USP, como em outras universidades em meio dos trabalhadores e da população em geral.

Sobre a base desta reorientação política, é necessário retomar a ofensiva prática com a intensificação das manifestações dentro da USP, na cidade, no movimento estudantil em geral e com a multiplicação do trabalho de divulgação dos nossos objetivos e propostas para ampliar ao máximo o movimento.



## ÓCUPAÇÃO DA USP ENTRA EM UMA NOVA ETAPA É preciso reorientar o movimento diante das vitórias obtidas

*A ocupação da USP entrou em uma nova etapa que é preciso analisar para estabelecer uma orientação clara. Nas etapas anteriores, até aqui, o movimento derrotou todas as tentativas de promover a desocupação da reitoria*

### Um balanço do movimento até aqui

**Etapa nº 1.** Na primeira etapa do movimento foi derrotada a tentativa de ala conciliadora dentro do movimento, formado pelo DCE (PT-PCdoB-PMDB), de um lado, e pelo bloco PSTU-PSol de tentar efetuar a desocupação pacífica sem nenhuma vitória para o movimento. A derrota desta tentativa se deu pela evolução da consciência política do movimento que superou o conservadorismo dessas correntes e direções. A partir dessas discussões e de várias votações em plenárias e assembleias, esta pressão acabou por ser completamente neutralizada.

**Etapa nº 2.** Vendo que a ocupação escapava ao controle habitual do movimento estudantil da USP, a reitoria e o governo do Estado lançam mão da ameaça da tropa de choque. O movimento foi capaz de superar a ameaça da tropa de choque, e carpa lançada pela reitoria e pelo governo e conseguiu uma enorme adesão dos estudantes da USP, dos estudantes em geral em todo o País e dos funcionários e parte dos professores. Quando viram que não haveria desocupação voluntária por parte dos estudantes, o governo Serra e a reitoria foram obrigados não apenas a recuar como caíram em um verdadeiro impasse político, sofrendo uma enorme perda de autoridade política por se mostrar incapaz de resolver o problema.

**Etapa nº 3.** Incapaz de resolver o problema pela força repressiva do Estado, o governo e a reitoria mudaram a política e adotaram a orientação de isolar o movimento para desgastá-lo. A realização da

passageira rumo ao Bandeirantes, embora pequena, no entanto, aumentou, ao contrário, o isolamento da reitoria e do governador que foi obrigado a utilizar um enorme aparato policial para impedir que a passageira chegasse ao Palácio dos Bandeirantes. Esta situação de isolamento do governo aprofundou-se com a tentativa, mal pensada e mal planejada, de realizar um ato público contra a ocupação, patrocinada pela reitoria e pelo governo, que apenas demonstrou a falta completa de apoio à sua política dentro da universidade.

**Etapa nº 4.** O movimento entra, agora, na sua quarta etapa. Esta etapa se caracteriza pelo impasse do governo. A derrota de todas as tentativas, no entanto, **colocou a iniciativa nas mãos do movimento de ocupação**. O problema central que se coloca para esta nova etapa é justamente que o movimento, de forma coletiva, elabora um plano para passar à ofensiva em relação ao governo Serra e à reitoria. Para fazer isso, são necessárias duas condições:

a) Que o movimento não se deixe levar pela paralisia, que está sendo utilizada pela imprensa burguesa e por uma minoria que quer a desocupação desde o início para forçar uma desocupação em um momento que o movimento atravessa um período de assimilação dos acontecimentos;

b) Que seja feita uma ampla discussão tanto entre os ocupantes, como o conjunto dos estudantes da USP para que se crie uma clareza tanto dos acontecimentos passados, como das tarefas que o movimento tem pela frente.

**ENTRE EM CONTATO: Rua Miguel Stéfano, nº 349, Saúde, CEP 04301-010, Fone (11) 5584-9322, e-mail: ajr@pco.org.br, internet: www.pco.org.br/ajr**